

# A REFORMA DE 57: EM DIREÇÃO A UM ENSINO UNIVERSITÁRIO DA ARQUITETURA

---

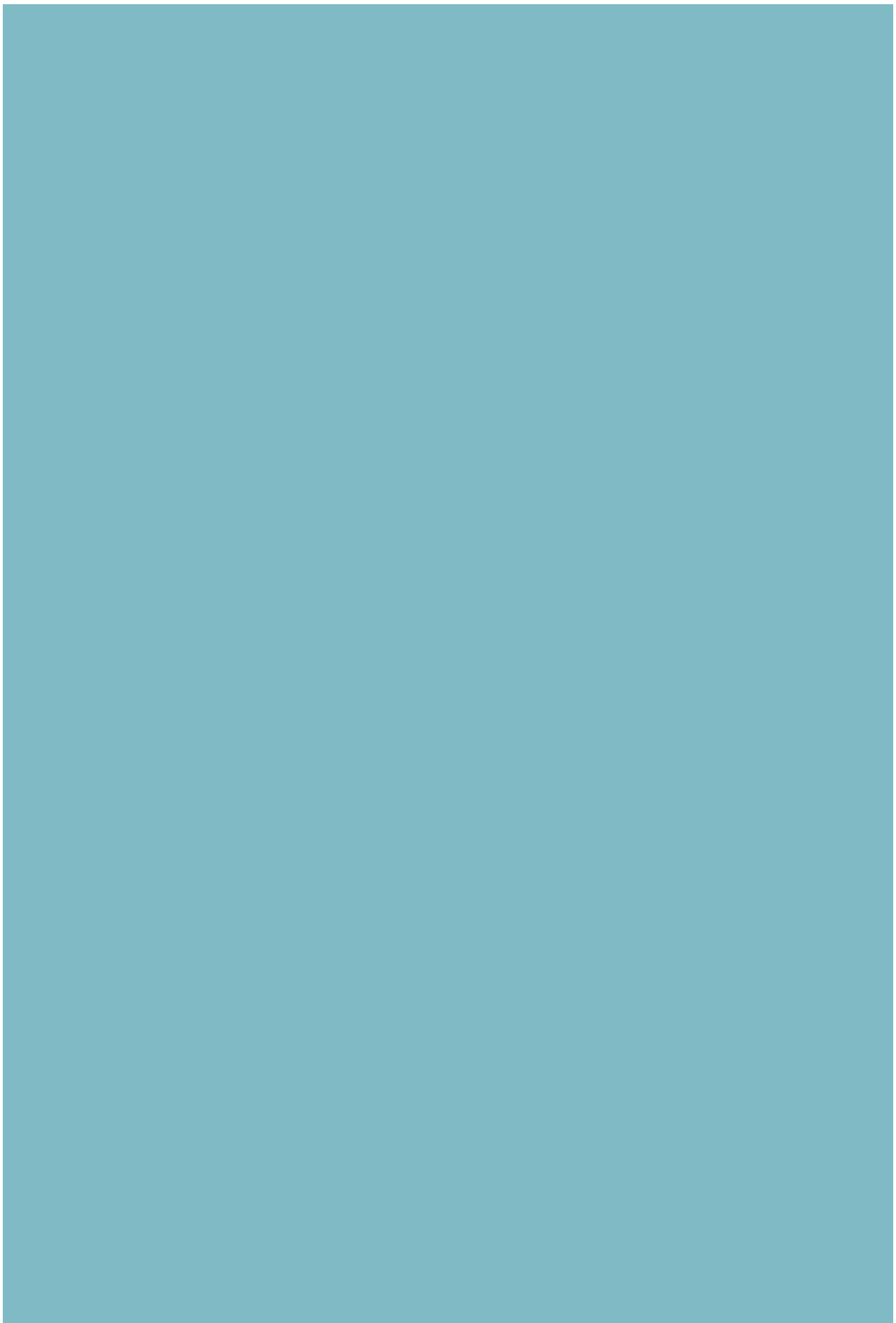
*Gonçalo Canto MONIZ*

Departamento de Arquitectura, Centro de Estudos  
Sociais, Universidade de Coimbra

PALAVRAS-CHAVE

**Ensino da Arquitectura; Reforma de 57; Estado Novo**

**ID: 444**



Esta comunicação tem como objectivo analisar os processos e os métodos de ensino no curso de Arquitetura das duas Escolas de Belas-Artes Portuguesas para caracterizar a transformação do sistema *Beaux-Arts* num sistema Moderno, próximo do sistema universitário. Este objetivo principal é aprofundado através de dois objetivos secundários: primeiro, identificar os espaços de debate sobre a formação do arquiteto; segundo, caracterizar o contributo dos directores, dos professores e dos alunos para o processo de ensino e aprendizagem. Neste contexto, a investigação sobre a construção, fixação e implementação da Reforma de 57 pretende também para compreender os primeiros passos do processo de integração dos cursos de Arquitetura na Universidade que será aberto depois de 1974. Assim propomos organizar a comunicação em cinco momentos que permitam aprofundar o significado e o impacto da Reforma de 57 na história do ensino da Arquitetura em Portugal.

### **1. Debate sobre o Ensino Moderno versus Ensino Universitário**

O ensino da Arquitetura é formalizado com as reformas liberais de 1836 através da criação das Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Tal como para grande parte das áreas educativas, é adotado o modelo francês da *École des Beaux-Arts* privilegiando-se um ensino oficial e não um ensino universitário. Apesar de algumas experiências desenvolvidas na Universidade de Coimbra para criar a cadeira de Arquitetura no século XVIII, a formação dos Arquitetos iria permanecer fora da Universidade até 1979.

No entanto, mesmo o modelo francês, baseado na cópia dos modelos clássicos, nos concursos de emulação e na divisão entre curso de 2ª classe (formação em desenho e em história) e o curso de 1ª classe (formação em composição) foi sendo lentamente implementado nas sucessivas reformas de 1881, 1911 e 1931-32. Só nesta última, já em pleno "Movimento Moderno", é consolidado o sistema de ensino *Beaux-Arts*, pela mão do professor da Escola de Belas-Artes do Porto, arquiteto José Marques da Silva, também ele formado em Paris no final do século XIX. Esta reforma já é apoiada por António Oliveira Salazar, Duarte Pacheco e Gustavo Cordeiro Ramos com o objetivo de promover uma formação mais qualificada do Arquiteto, mas sem amputar "o desenvolvimento desta actividade criadora individual" (Portugal, 1931, p.670), como referia o prólogo da reforma.

A reforma de 1931-32 seria, assim, implementada no Porto por José Marques da Silva, e, em Lisboa, por Luís Cristino da Silva, arquiteto com obra moderna e formado em Paris no início da década de 20. Esta orientação condicionava o desenvolvimento da arquitetura moderna, baseada no trabalho de equipa, na crítica dos modelos clássicos e na resposta aos problemas da sociedade da máquina e do trabalho. Carlos Ramos, arquiteto moderno formado em Lisboa na década de 10, é o primeiro a alertar para o problema, reivindicando uma "educação coletiva" (Ramos, 1935), adequada à contemporaneidade ("modernismo") e à localidade ("nacionalismo"), no concurso para professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa (EBAL) de 1932, que iria perder para Cristino da Silva.

Carlos Ramos demonstrava neste texto, publicado na revista *Sudeste*, que estava a par do debate sobre a pedagogia moderna levantado por António Sérgio ainda na República, mas também por António Galiano Tavares na revista *Labor* de 1933 (Tavares, 1933, p.9). A máxima de John Dewey (1959, p. 204), "aprender fazendo", adaptava-se perfeitamente às ideias de Carlos Ramos porque conciliava a tradição do ensino oficial com a liberdade de expressão e de aprendizagem do aluno.



Fig. 1 Luís Cristino da Silva, Uma Academia de Belas-Artes, alçado, Concurso para professor da 4.ª cadeira, 1933. In J. M. Fernandes (coord.), *Luís Cristino da Silva [Arquitecto]* (p.196). Lisboa: FCG.

Fig. 2 Carlos Ramos, Uma Academia de Belas-Artes, alçado, Concurso para professor da 4.ª cadeira, 1933. In Arquivo FCG, espólio Mário Novais, CFT003.101425 e CFT003.101424

O discurso sobre o ensino moderno ganha novo fulgor em 1940 com o convite a Carlos Ramos para substituir José Marques da Silva na cadeira de Arquitetura da Escola de Belas-Artes do Porto (EBAP). A nova orientação da cadeira introduz pequenas transformações na formação dos arquitetos do Porto, dentro do quadro legislativo da reforma de 1932. Tratava-se de aproximar os programas dos enunciados aos problemas reais da Arquitetura e da Cidade, de incentivar a experimentação e de promover na Escola o debate sobre a cultura artística e arquitetónica.

No entanto, apesar das críticas ao sistema *Beaux-Arts*, os arquitetos modernos resistem à criação de uma faculdade de Arquitetura em âmbito universitário, preferindo valorizar a formação do arquiteto em colaboração com os pintores e os escultores, ou seja, numa Escola Superior de Belas-Artes, ainda que equiparada a uma escola universitária. Esta equivalência entre as Belas-Artes e a Universidade é estudada em 1943 pelo Ministério da Educação e no ano seguinte na secção de Educação Nacional e Cultura Artística do II Congresso da União Nacional onde participam Aarão de Lacerda e António Brito.

Ambos defendem um maior equilíbrio entre a formação artística e a formação científica do arquiteto "(...) sem esquecer nunca que tal preparação científica vai contribuir para o melhor exercício de uma profissão essencialmente artística, como é a do arquitecto, em que a técnica deve encontrar-se ao serviço da Arte" (Lacerda, 1944, p.17). Aarão de Lacerda, diretor da EBAP, sublinha a importância de uma integração no sistema universitário, mantendo a coabitação entre a Arquitetura, a Pintura e a Escultura: "Na hierarquia espiritual da Nação, o Estado deve reconhecer às Escolas de Belas Artes, pela sua finalidade, o lugar que lhes compete ocupar entre os institutos de cultura superior, a par das Universidades." (Lacerda, 1944, p.17)

Neste contexto, Pardal Monteiro, então presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, declara em entrevista ao *Jornal de Notícias* que: "discorda da sua criação [Faculdade de Arquitectura], porque não resolveria os principais problemas dos arquitectos" e complementa, "com essa ideia da faculdade e com outras que por vezes se têm alvitado se procura mais atacar o efeito do que a causa" (Monteiro, 1944).

A mesma posição é sublinhada no primeiro Congresso Nacional dos Arquitectos Portugueses pelos arquitetos e estudantes de Lisboa – Keil do Amaral, José Galhardo Zilhão, Cândido de Melo e Conceição e Silva e ainda João Simões e Castro Rodrigues. Todos apontam a necessidade de os estudantes fazerem a admissão ao curso de Arquitetura com o 7.º ano do liceu, tal como a todos os cursos universitários, exigindo assim uma melhor formação no ensino secundário. Keil do Amaral, por exemplo, não propõe a criação de uma faculdade de Arquitetura por considerar a importância da colaboração do arquiteto com os pintores e os escultores (Keil do Amaral, 1948, p. 76). Seguindo o exemplo de Carlos Ramos na Escola do Porto, o debate centra-se mais sobre a organização e métodos do ensino, exigindo-se uma formação mais técnica, com a articulação entre a Composição e a Construção e menos artística, com o fim da cópia do clássico (ordens e estampas). Reclama-se também por novos edifícios para as Escolas de Belas-Artes, porque se

considera que as transformações no ensino estão relacionadas com os próprios espaços de aprendizagem (SNA, 1948, pp.74-97 apud Tostões, 2008).

## 2. Métodos Modernos num currículo *Beaux-Arts*

As experiências de Carlos Ramos na EBAP e o debate sobre a formação do Arquiteto no Congresso de 1948 desencadearam um processo de reforma quer dos métodos de ensino quer da própria plataforma legal.

Estas transformações são também decorrentes de um diálogo intenso entre os professores promovido pelo próprio Ministério da Educação Nacional na Subcomissão de Architectura para a Reforma do Ensino Artístico. Neste contexto e de acordo com o relatório de Dezembro de 1949, os professores arquitetos procuram dar ao curso de Architectura um carácter universitário, diversificando as áreas científicas, promovendo a especialização, ampliando o corpo docente com assistentes e acabando com os métodos beauxartianos da cópia de estampas e dos concursos de emulação (Subcomissão de Architectura, 1949).

As recomendações da Subcomissão, expressas no Relatório de 49, seriam transpostas para um documento legal, a Reforma de 1950, instrumento que integraria o novo modelo de ensino na política educativa do Estado Novo, já afirmados na Reforma do Ensino Liceal de 1947 (Decreto 36507, 17/09/1947) e na Reforma do Ensino Técnico de 1948 (Decreto 36507, 17/09/1948). Assim, o novo arquiteto técnico deveria apoiar o plano de Fomento e a sua estratégia industrializante. No entanto, o processo de regulamentação desta Reforma seria adiado até 1957, condicionando a implementação plena de um ensino moderno através de um currículo também moderno.

Esta Reforma, mesmo sem regulamentação, gerou um certo consenso, quer na Escola do Porto, quer na Escola de Lisboa, principalmente na orientação pedagógica das cadeiras de Architectura, que iriam integrar informalmente o debate gerado no interior da Subcomissão.

De facto, a partir do ano letivo 1948-49, podemos observar, através dos enunciados dos professores e dos trabalhos escolares dos estudantes, uma transformação significativa do ensino da Architectura nas duas Escolas de Belas-Artes, ainda que com enquadramentos institucionais distintos. No Porto, Carlos Ramos promove a colaboração entre as disciplinas de Architectura e Construção, lecionada por Rogério de Azevedo, e a colaboração entre os alunos de Architectura e os alunos de Pintura e Escultura, que irá dar origem à disciplina de Conjugação das Três Artes. O sucesso desta iniciativa é divulgado na revista *Arquitetura*, onde é publicado o trabalho de Octávio Lixa Filgueiras, futuro professor da ESBAP. O projeto para uma Adega Cooperativa responde não só à articulação entre Architectura e Construção como também à exigência real de um programa problematizado pelo próprio diretor da Estação Agrária do Norte, Dr. Amândio Galhano. As propostas de Ramos enquadram-se também no debate internacional sobre Educação do Arquiteto que se estava a realizar nos Congressos Internacionais de Architectura Moderna (CIAM) através do arquiteto e pedagogo Walter Gropius<sup>1</sup> (Moniz, 2011).

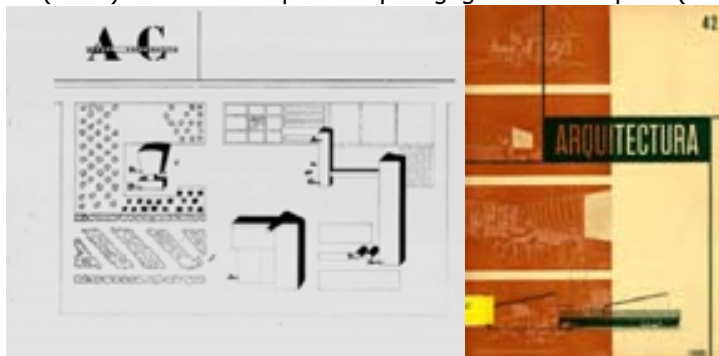


Fig. 3 Octávio Lixa Filgueiras, Adegas Cooperativas, Planta geral, 1948-1949. Arquivo OLF; *Arquitetura* (1952), 42, capa.

Mas o impulso decisivo na transformação dos métodos de ensino surge em 1950, com o convite a jovens arquitetos para desempenhar as funções de assistentes das cadeiras de Arquitetura<sup>2</sup>. Pela primeira vez, a formação do arquiteto passava a contar com a orientação de diferentes docentes permitindo a pluralidade dos métodos pedagógicos. Com quatro assistentes, Carlos Ramos assume a partir de 1952 a direção da Escola do Porto até 1967, data em que se jubila. Neste cargo, Ramos decide implementar oficiosamente a Reforma de 1950, solicitando a colaboração graciosa dos seus assistentes e desenvolvendo um conjunto de atividades culturais e de investigação que terão consequências profundas no quotidiano da Escola. É neste período que a Escola do Porto abre os portões do Palacete Braguinha e se relaciona com a cidade e com o país, incentivando também os seus alunos e professores a participar nos espaços de debate internacionais, como os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), a Bienal de São Paulo e a União Internacional dos Arquitetos (UIA). Apesar da desejada aproximação de Carlos Ramos à Universidade do Porto, incentivada pelo reitor Amândio Tavares, a Escola decide ampliar as suas instalações nos jardins do palacete e recusar a hipótese de se deslocar para a futura Cidade Universitária. Serão também os novos pavilhões, construídos entre 1949 e 1961, a possibilitar uma renovação do ensino, pelo carácter urbano e democrático do seu desenho.

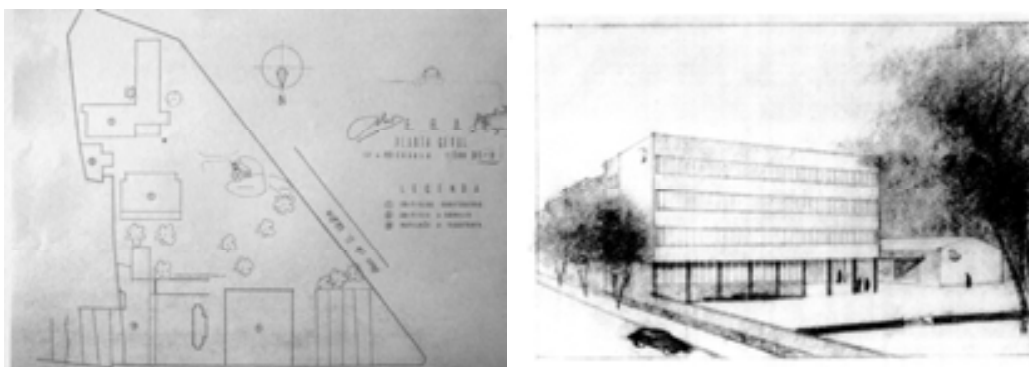


Fig. 4 DENN, Manuel Lima Fernandes de Sá, Alfredo Leal Machado, Escola de Belas-Artes do Porto, Planta Geral e Perspetiva, 1951-04-17. In M. Mesquita (2006). *A cidade da Universidade* (p.206, 459). Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

Em Lisboa, a situação é distinta, porque o percurso do professor Cristino da Silva foi condicionado pela direção repressiva e conservadora do arquiteto Paulino Montez, no cargo entre 1949 e 1966. Contudo, é neste período que Cristino da Silva abandona as suas convicções *Beaux-Arts* e revê os objetivos e os métodos da cadeira de Arquitetura, incentivado também pelo apoio do seu assistente, Alberto José Pessoa. Tal como no Porto, adere aos concursos de estudantes da Bienal de São Paulo e da UIA, onde os seus alunos participam ativamente. Na verdade, caberá aos alunos de Lisboa combater o posicionamento conservador da Escola, através de uma ação associativa que se reflete na organização de exposições e na publicação da revista VER. São também os alunos que dialogam com o meio universitário, participando em ações conjuntas de carácter cultural e político. Neste período, Cristino da Silva desenvolve também projetos para ampliação da Escola que não chegam a concretizar-se condicionando o desenvolvimento de um novo programa pedagógico.

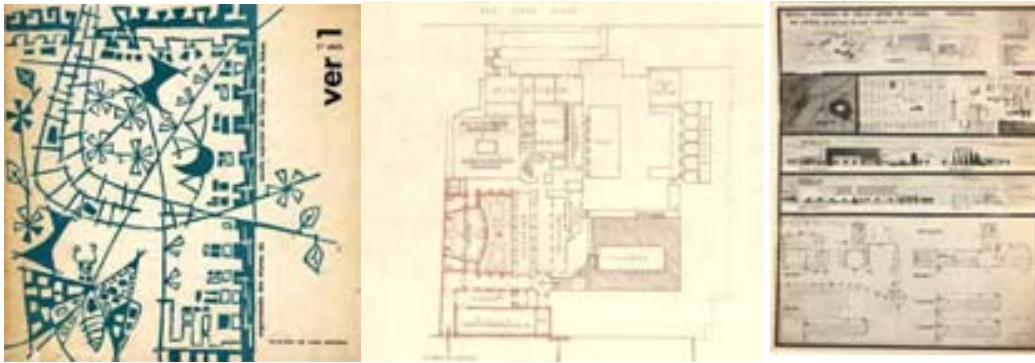


Fig. 5 *Ver*, (1954), (2), 1, capa.

Fig. 6 Luís Castro Lobo, Um edifício principal de um centro cívico, II Bienal de São Paulo, 1952-53, Professor L. Cristino da Silva. Arquivo FCG, LCSM 130.

Fig. 7 Luís Cristino da Silva, Anteprojecto (...) para instalação provisória da Escola Superior de Belas-Artes, 10 Agosto 1950. Arquivo FCG, LCSDA 83.15.

Paralelamente, ambas as Escolas empenharam-se na luta pela regulamentação da Reforma, que só viria a acontecer em 1957. Estes sete anos de espera foram aproveitados para desenvolver uma transição lenta dos modelos de ensino, mas tornaram a Reforma de 1950 e as suas propostas obsoletas, num período de forte agitação na vida política e social do país.

### 3. O Regulamento de 57 e o seu carácter universitário

Os Decreto-Lei n.ºs 41.362 e 41.363 de 1957 que regulamentam a Lei n.º 2.043 de 1950 constituem, de acordo com a nossa proposta, uma formalização possível de um ensino moderno e universitário da Arquitetura através da fixação de um quadro do pessoal amplo e de um currículo não exclusivamente artístico, com uma forte aposta nas cadeiras técnico-científicas e com uma integração significativa de áreas disciplinares complementares, nomeadamente das Ciências Sociais e das Humanidades. Estes dois aspetos são ainda complementados por um conjunto de medidas que promovem, por um lado, a Escola de Belas-Artes como uma instituição cultural e de investigação, para além da função pedagógica e, por outro lado, preparam o estudante para o exercício da profissão.

Uma análise pormenorizada destes documentos permite compreender melhor estes aspetos que conformam as várias dimensões de um ensino moderno da Arquitetura: profissional, prático, real, humanista, democrático, universitário, técnico, científico, social ou cultural. Estas propostas são também anti-ensino-académico, ainda que se considere que dão um espaço relevante para o ensino artístico.

O novo quadro de pessoal dota as escolas de 24 lugares de professores e de 12 assistentes, o que aumenta significativamente o número de docentes, comparando com os precedentes 10 professores e 2 assistentes de Lisboa e os 12 professores, 2 assistentes e 5 assistentes convidados do Porto. Este quadro segue os critérios em vigor para o sistema universitário, uma vez que o curso passa a ser considerado superior. Pela primeira vez, considera-se a função do assistente em todos os grupos, permitindo assim integrar docentes mais novos, sem experiência profissional e recém-licenciados, o que, necessariamente, estabelece uma maior colaboração entre professores e alunos. Este reforço do número de docentes visa dar resposta a um ensino mais próximo do aluno, "ensino individual", mas também ao crescimento da população escolar. O curso de Arquitetura passa a organizar-se em três ciclos ao longo de seis anos, com uma estrutura pedagógica muito sistematizada que procura controlar a formação etapista ou cíclica do aluno. O próprio projeto de lei de 1950 esclarecia os objetivos de cada ciclo: 1.º ciclo para os "estudos científicos"; 2.º ciclo para a "técnica da construção"; o 3.º ciclo, dedicado à "Arquitetura". Sendo assim, o arranque inicial passava pela aquisição de conhecimentos científicos para

depois o aluno se concentrar na prática do projeto. Ou seja a reforma propõe “modernizar sem perder o carácter artístico” (Portugal, 1950, p.11).

No entanto, a diminuição do número de aulas de Desenho vai condicionar o carácter artístico da formação do arquiteto. Já o objetivo de modernizar nos parece mais sólido pela aposta quer nas disciplinas centrais das Ciências (Matemática, Física e Química), lecionadas na Faculdade de Ciências e no IST, quer no conjunto de disciplinas de Construção e das Ciências Sociais e Humanas que dão ao futuro arquiteto competências reais para intervir e para interpretar o espaço construído.

Esta organização traduz um ensino moderno por diversos motivos. Primeiro, pelo carácter sistemático e hierarquizado do currículo. Segundo, pela substituição de uma intensa formação artística inicial por uma forte formação científica de carácter teórico-prático. Terceiro, pela aposta numa disciplina de projeto que percorre o 2.º e o 3.º ciclo num regime intenso de 15 e 18 horas semanais, em articulação com as disciplinas de Teoria e História, de Construção, de Urbanologia e de Conjugação das Três Artes, preparando o aluno para as diferentes abordagens do projeto com instrumentos para intervir sobre problemas concretos.

A proposta de fornecer uma forte componente científica nos primeiros anos na Faculdade de Ciências ou no Instituto Superior Técnico, integra o curso de Arquitetura no sistema universitário garantindo uma formação de nível superior ao arquiteto, habilitando-o para responder tecnicamente aos problemas mais complexos da sociedade industrial.

Esta condição de curso universitário refletiu-se também nas condições de admissão que passam a exigir para a Arquitetura a conclusão do Curso Complementar dos Liceus (alínea h), 7.º ano, e a realização de três exames de aptidão às disciplinas de Matemática, Ciências Físico-Químicas e Desenho Artístico.

Compreendendo a complexidade da sociedade e as suas exigências técnicas, o decreto permite também a realização de cursos de aperfeiçoamento, especialização ou atualização (Portugal, 1957, p.310). Esta medida abre novas possibilidades à formação do arquiteto que no Porto já vinham sendo exploradas com o curso de Orlando Ribeiro em 1953 e de Robert Auzelle em 1955. As Escolas podem assim ter um papel ativo na formação contínua dos profissionais e também na prestação de serviços à comunidade. Esta é uma medida democrática que dá liberdade à Escola para construir o seu próprio projeto educativo, respondendo também à necessidade de uma formação especializada para pós-graduação. Os maiores críticos da Reforma de 57 consideraram que esta é a medida mais promissora da nova orgânica (França, 1959, p.29) a par do art. 3.º, onde se incentiva que a escola seja um espaço cultural, um “centro de irradiação artística” (Portugal, 1957, p.310).

O decreto-lei propõe, na verdade, um redimensionamento das funções da Escola complementando a sua função pedagógica, com a função cultural e com a investigação. Esta nova conceção da escola é suportada não só por um corpo docente alargado, como vimos, mas também qualificado, pelo que se passa a exigir provas de capacidade artística, através de um projeto de composição, de capacidade pedagógica, através de uma lição e de capacidade científica, através de uma dissertação impressa e original (Portugal, 1957, p.317).

As escolas podem ainda criar um museu, um centro de estudos e um boletim, devendo o diretor nomear um professor para dinamizar cada um destes serviços. Estes novos espaços consolidam as Escolas de Belas-Artes como instituições de ensino modernas capazes de relacionar a atividade pedagógica com a investigação, mas também com a cultura, devolvendo à sociedade a produção realizada na Escola sob a forma de exposições e publicações. Orlando Ribeiro vinha reivindicando para a Universidade, desde 1949, esta articulação com a investigação e a cultura (Ribeiro, 1949, p.23).

O Decreto-Lei, na sua objetividade abstrata, propunha assim a transformação de uma Escola de Belas-Artes, ainda muito vinculada à “academia”, numa Escola Superior de Belas-Artes, mais



próxima de uma faculdade universitária. De facto diversos autores identificam o carácter para universitário da Reforma de 57, como escreve Francisco Silva Dias sobre os antecedentes da entrada da Arquitetura na Universidade:

*Quando os arquitectos conquistam para si o estatuto de um ensino universitário, que antecedeu em décadas a integração formal das escolas de arquitectura nas universidades, adquirem, sobretudo, a capacidade de seguirem uma profissão em constante mutação e, portanto, a capacidade de abordagem, equacionamento e resolução de novas questões. (Dias, 1987, p.7).*

Com um atraso de sete anos relativamente à Lei que lhe dá origem, este Regulamento parece mais vinculado ao debate que se realizou no final dos anos 40 do que ao debate que se veio a desenvolver no início dos anos 60, devido precisamente às constantes mutações que ocorrem neste período. Neste sentido, este regulamento encerra o processo de construção do ensino moderno e torna-se objeto de crítica pelos movimentos de renovação da Arquitetura. Paradoxalmente, o currículo moderno é implementado no contexto da crítica ao próprio "Movimento Moderno".

#### **4. Experiências pedagógicas num currículo Moderno**

A regulamentação da reforma do ensino artístico publicada em Novembro de 1957 se, por um lado, corresponde à clarificação de um processo aberto em 1950 para acabar com o ensino *Beaux-Arts* e consagrar o ensino moderno, por outro lado, veio implementar um conjunto de transformações que, desde o primeiro momento, provocaram um aceso debate sobre a formação do arquiteto e a sua função na sociedade.

A sociedade está também em transformação devido ao arranque do projeto industrial, que estimulou o aumento exponencial da população urbana no final dos anos 50, massificando todos os sectores da atividade económica e social. Esta massificação colocou novos desafios à sociedade, como à organização das cidades desde a reabilitação dos centros até à urbanização da periferia, ou à organização do sistema educativo, que implicou recorrer ao apoio da OCDE.

Como já referimos, a entrada de um conjunto alargado de professores e assistentes para as duas Escolas de Belas-Artes é um dos aspetos mais significativos da nova reforma, porque permitiu a realização de novas experiências pedagógicas. Este carácter experimental decorreu tanto de uma reação positiva ao currículo, pela resposta ao desejo da multidisciplinaridade, como de uma reação negativa, pela sua ambição técnico-científica. Na verdade, os arquitetos que tinha reivindicado a reforma no Congresso de 48 consideraram que o regulamento de 1957 (Reforma de 57) era uma reforma "requeitada", esvaziada de qualquer debate sobre a "reforma de mentalidades e de processos didáticos" (Keil do Amaral, 1958, p.43).

Acompanhando o debate internacional de crítica ao movimento moderno, os novos assistentes dos dois cursos de Arquitetura direcionaram a orientação das diversas disciplinas para o problema urbano, ou seja para a cidade. Assim, o estudo da cidade, nas suas múltiplas perspetivas (sociais, históricas, geográficas, políticas ou arquitetónicas) substituiu definitivamente os temas da composição e das ordens clássicas.

Os concursos para professor de Arquitetura de 1962 na ESBAP e de 1964 na ESBAL são o melhor exemplo da reorientação no ensino com a apresentação de dissertações de forte impacto na pedagogia: Octávio Lixa Filgueiras com "A Função Social do Arquitecto", Fernando Távora com "Da Organização do Espaço", João Andresen com "Para uma Cidade mais Humana", Frederico George com "Considerações sobre o Ensino da Arquitetura" e Nuno Portas com "A Arquitetura para hoje".

Serão estes docentes a propor as transformações mais significativas nas disciplinas do grupo de Arquitetura (Composição, Teoria e História e Analítica). Na Analítica (1º e 2º ano), Lixa Filgueiras, na ESBAP, irá desenvolver ao longo de dez anos um método pedagógico denominado "In-

quéritos urbanos” onde os alunos abandonam a sala de aula e os livros de Arquitetura e deslocam-se para as áreas urbanas com forte identidade arquitetónica e social com o objetivo de estudar “o-problema-humano-que-carece-de-arquitetura”, como a ele se referiu Nuno Portas (2005, p. 402), nas páginas da revista *Arquitectura*. O próprio Filgueiras faz, em 1970, uma avaliação do seu programa pedagógico, enquadrando-o na abordagem da revista inglesa *Architectural Review* e da didática proposta na escola de Veneza (Filgueiras, 1970). Uma proposta semelhante é desenvolvida em Lisboa por Frederico George na mesma disciplina, dando ambos continuidade à metodologia analítica desenvolvida no *Inquérito à Arquitectura Popular* realizado por ambos entre 1955 e 1960. Esta aproximação à sociologia, antropologia e etnografia estaria ainda presente nas disciplinas de Teoria e História (3.º e 4.º ano) de Arnaldo Araújo no Porto e nas disciplinas da ESBAL de Sociologia, lecionada por Adérito Sedas Nunes e de Geografia, orientada primeiro por Ilídio Amaral (1958-65) e depois por Jorge Gaspar (1965-73).



Fig. 8 Mário Trindade, Operação Matosinhos, *Arquitectura Analítica 2*, 1962-63, Professor O. L. Filgueiras. Arquivo MT.

Nas disciplinas de Composição, os enunciados de projeto perdem definitivamente o carácter abstrato e centram-se tanto em questões relacionadas com a habitação coletiva como em questões relacionadas com os equipamentos públicos sempre articulados com a resolução de problemas urbanos, quer no centro histórico, quer nos novos bairros. São exemplares os desafios lançados por Fernando Távora para a praça do Infante no Porto, por Álvaro Siza para a cooperativa no bairro do Regadio ou por Nuno Portas, em Lisboa, para o bairro dos Olivais.



Fig. 9 Manuel Fernandes de Sá, Centro de Congressos, 1964-65, Professor F. Távora. Arquivo MFS.

Fig. 10 Portas, N. (1968). Zona Central de Olivais. In *Arquitectura*, 103, capa.

A formação do Arquiteto conquista uma renovada consciência social fruto desta visão alargada do problema arquitetónico, que enquadra este ensino mais na universidade do que nas belas-arts. São, aliás, anos onde os estudantes recusam o desenho, como instrumento artístico de uma possível habilidade, e reivindicam um posicionamento teórico-crítico, perante a responsabilidade social do arquiteto, como lhe chamou Filgueiras. A crítica ao arquiteto-artista e também

ao arquiteto-técnico foi dando origem à crítica ao próprio sistema de ensino, que acompanhava a crítica mais generalizada à universidade. No final da década de 60, a contestação à Reforma de 57 era já incontornável, especialmente com a saída em 1967 dos seus mentores da direção das escolas, Carlos Ramos e Paulino Montez.

## **5. Contestação à Reforma e a crise na Universidade**

Se por um lado consideramos que a Reforma de 57 constituiu um processo de aproximação da arquitetura à universidade, por outro lado, a crítica à Reforma de 57 foi também e paradoxalmente a crítica ao sistema universitário português. Os estudantes de ambas as instituições tinham consciência da sua falência e reivindicavam ativamente uma nova universidade, mais democrática, menos elitista e mais próxima dos problemas reais da sociedade. Os estudantes das belas-artes e da universidade estiveram sempre juntos nas crises de 1956, 1962 e 1969, tanto na crítica às instituições de ensino, como na oposição ao regime político (Moniz, 2010).

Tal como na universidade, também um número significativo de professores se empenhou na reivindicação de melhores condições nas instituições de ensino. No Porto, por exemplo, a forte pressão de professores e alunos, em 1968, obrigou o ministro da Educação Nacional, José Hermano Saraiva a deslocar-se à Aula Magna da ESBAAP para ouvir a Escola defender a reforma da Reforma de 57 e as condições contratuais dos professores. Esta posição foi estremada no final de 1969 com o encerramento do curso de Arquitetura por um conjunto alargado de professores. Só a substituição do ministro tornou possível a resolução do conflito com a criação de um regime experimental que deveria apoiar a construção de um novo corpo legislativo. Esta experiência realizada por professores e alunos num modelo participativo tanto ao nível da gestão como da ação pedagógica constituiu as bases ideológicas para a futura faculdade, que só seria legislada depois do 25 de Abril de 1974.

Em Lisboa, o processo de contestação centra-se na ação de Nuno Portas, especialmente após o concurso para professor de 1969, onde é classificado pela segunda vez em segundo lugar. Este episódio une estudantes e alguns docentes na contestação ao funcionamento da Escola, onde os estudantes não participam no processo de gestão e no processo pedagógico. Perante estas condições, Nuno Portas e Francisco Silva Dias demitem-se obrigando a ESBAAP a promover um regime experimental e a contratar novos assistentes, como Raul Hestnes Ferreira, Manuel Vicente, Francisco Pires Keil do Amaral e Tomás Taveira.

Nas duas escolas, a crise institucional aberta pelos estudantes e professores no final da década de 60 acabou com as aspirações da Reforma de 57, mas acabou fundamentalmente com o que restava do sistema Belas-Artes. A radicalidade da crise e a sucessão dos acontecimentos até 1974 não construiu uma nova orientação para o ensino, mas possibilitou a construção de um novo modelo de ensino dentro da Universidade, que naturalmente procurou em cada escola encontrar um novo caminho, incorporando o legado pedagógico e cultural (Moniz, 2012).

## **Conclusões**

A transformação do ensino da Arquitetura em direção ao sistema universitário foi realizada pelos professores e reivindicada pelos estudantes através de ações pedagógicas que questionavam o plano de estudos vigente. As suas propostas e ideias contribuíram para o debate nacional sobre o ensino, conseguindo influenciar o Estado Novo a legislar de acordo com os seus objetivos.

No entanto, as reformas chegaram sempre atrasadas relativamente ao debate sobre a formação do Arquiteto, provocando dois paradoxos - o ensino moderno em currículo *Beaux-Arts* e o ensino experimental em currículo moderno. Ou seja, as transformações pedagógicas, quer de conteúdos quer de metodologias, não dependem apenas dos currículos, mas fundamentalmente da capacidade dos professores em construir um programa pedagógico para a sua disciplina.

A Reforma de 57 foi, porém, potenciadora de uma nova cultura de ensino, abrindo as portas das Escolas de Belas-Artes ao professor-investigador, através da elaboração de dissertações e da criação de centros de estudos. A complexidade do plano de estudos proposto com nesta reforma, implicava um maior relacionamento entre as Escolas de Belas-Artes e a Universidade para poder oferecer uma formação científica. Esta estratégia deveria promover também uma formação multidisciplinar em áreas próximas da Arquitetura, como a Geografia, a Sociologia, a Economia, a Física, a Química e a Matemática mas em 1969, os alunos consideravam tratar-se apenas de “um somatório de cadeiras” (Moniz, 2011, p.462).

A relação entre as Artes e as Ciências é dos problemas colocados na Reforma de 57, que ainda está presente nos cursos de Arquitetura das Universidades Portuguesas, principalmente depois da recente adequação a Bolonha.

### **Referências bibliográficas ou documentais**

- Brito, A. (1944). A Architectura é uma Arte ou uma Ciência. In R. Santos. II Congresso da União Nacional (pp. 21-23). Lisboa: Educação Nacional – Cultura Artística.
- Dewey, J. (1959). *Democracia e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (1.ª edição, 1916).
- Dias, F. S. (1987). Para um ensino universitário. *Jornal dos Architectos*, 55, p.7.
- Filgueiras, O. L. (1970). Inquéritos Urbanos. *Urbanização*, (5), 1, pp.3-30.
- França, J.-A. (1959). A reforma do Ensino das Belas-Artes. *Architectura*, 64, p.29.
- Keil do Amaral, F. (1958). A reforma do ensino de Belas-Artes. *Architectura*, 63, p.43.
- Lacerda, A. (1944). Ensino das Escolas de Belas Artes. In R. Santos. II Congresso da União Nacional (pp. 17-20). Lisboa: Educação Nacional – Cultura Artística.
- Moniz, G. C. (2010). A Formação Social do Architecto. Crise nos Cursos de Architectura, 1968-1969. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, pp.59-76.
- Moniz, G. C. (2011). *O Ensino Moderno da Arquitetura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-1969)*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da FCTUC.
- Moniz, G. C. (2012). O Legado do Ensino Moderno da Escola de Coimbra: Experiências pedagógicas nas Escolas do Porto e de Lisboa. *Joelho*, 3, pp.145-156.
- Monteiro, P. P. (1944). Faculdade de Architectura. *Jornal de Notícias*, 22-11-1944.
- Portas, P. (2005). Ensino da Architectura. Uma experiência pedagógica na ESBA do Porto. In *Architectura(s): História e crítica, Ensino e Profissão* (pp.402-405). Porto: FAUP Publicações (1.ª edição, *Architectura*, 77, Jan. 1963, pp.16-18, 39-40)
- Portugal (1931). Decreto-Lei n.º 19760, 20 de Maio de 1931. in *Diário de Governo*, Iª Série, 116 (Coleção Oficial da Legislação Portuguesa, pp. 670-686.)
- Portugal (1950). Preâmbulo da proposta de lei número 502. In *ESBAL* (1959). *Boletim*, 1, p.11.
- Portugal (1957). Decreto-Lei n.º 41 363, 14 de Novembro de 1957. in *Diário de Governo*, IIª Série, 258 (Coleção Oficial da Legislação Portuguesa, pp. 307-324).
- Ramos, C. (1935). Algumas Palavras e o seu significado. *Sudoeste*, 3.
- Ribeiro, O. (1964). A Universidade e o espírito científico (1949). In *Problemas da Universidade* (pp.1-38). Lisboa: Livraria Sá e Costa.
- Subcomissão de Arquitetura (1949). Relatório da Subcomissão de Arquitetura. Reforma do Ensino das Belas Artes. 9 de Dezembro de 1949. Arquivo FCG, Espólio de Luís Cristino da Silva.
- Tavares, A. R. G. (1933, 1935). Ensino Clássico Ensino Moderno?. *Labor*, 45 e 64.
- Tostões, A. (2008), *1.º Congresso Nacional de Arquitetura: relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso*. Lisboa: Ordem dos Architectos (1.ª edição, 1948).

---

<sup>1</sup> Carlos Ramos traduz para português o texto de Walter Gropius, “Plano para um ensino da arquitectura”, escrito em 1938 na tomada de posse de diretor da Escola de Arquitetura da Universidade de Harvard.

Gropius, W (1950), Blueprint for an architect’s training. *L’Architecture d’aujourd’hui*, 28, 69-74.

<sup>2</sup> O lugar de assistente foi aberto pela primeira vez em 1946 para as novas cadeiras de Urbanologia e de Projectos e Obras de Urbanização. Para ocupar os lugares foram convidados Arménio Losa e António Brito e Cunha.

